

LIÇÕES DA DEMOCRACIA

Marco Maciel

Folha de S. Paulo, 23 de setembro, 2001.

Dois dias antes dos atentados terroristas nos Estados Unidos, a Folha divulgava, em seu suplemento "Mais!", um artigo do historiador Eric Hobsbawm.

De forma inteligente e não menos provocativa, como na maioria de seus textos, Hobsbawm estabelecia uma série de premissas a partir das quais chegou à conclusão de que os instrumentos clássicos da democracia liberal já não são adequados nem capazes de lidar com os problemas deste século : "Esses mecanismos estão confinados dentro das fronteiras de Estados-nação, cujo número está crescendo, e enfrentam um mundo global que está além de seu âmbito de atuação. Não está claro nem sequer até que ponto poderão ser aplicados no interior de um território extenso e heterogêneo que possui, sim, um quadro político comum, como é o caso da União Européia."

Para justificar sua desesperança, ele ainda afirmou que os Estados Unidos "enfrentam e competem com uma economia mundial que opera por meio de unidades totalmente diferentes e às quais as considerações de legitimidade política e interesse comum não se aplicam: as empresas transnacionais. E, sobretudo, enfrentam uma era em que o impacto da ação humana sobre a natureza e o globo já se transformou em força de proporções geológicas. Sua solução, ou mitigação, vai exigir medidas para as quais, com quase certeza, não será encontrado apoio com a contagem de votos ou medição das preferências dos consumidores. Isso não é uma notícia encorajadora para as perspectivas de longo prazo da democracia do planeta".

Estendi-me nas transcrições porque me parecem indispensáveis para compreendermos as razões e os fundamentos de seu pessimismo. Não participo das crenças na inevitabilidade das previsões de um dos grandes historiadores contemporâneos. O exemplo da União Européia invocado por ele serve ao meu otimismo. É bom lembrar que foi a democracia liberal que permitiu o surgimento da integração da Europa. Enquanto prevaleceu a "Era dos Extremos", título sugestivo de um dos volumes da obra histórica do professor Hobsbawm, a Europa não foi capaz de se entender.

O que começou como uma comunidade de interesses econômicos setoriais -a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, na década de 50- terminou se transformando em algo impensável há alguns anos atrás: uma comunhão de nações com interesses comuns em todos os campos.

A renúncia de parte da antiga soberania não significou retrocesso político em nenhum dos países que hoje a integram. Ao contrário, representou progresso não só político, mas também financeiro, econômico, cultural e até, como veremos em pouco mais de três meses, monetário, com a moeda única e o desaparecimento de um dos símbolos do Estado e nação. Não hesitaria em dizer, portanto, que hoje há mais democracia na Europa comunitária do que em qualquer outra parte do mundo.

Os atentados que enlutaram a humanidade no dia 11 poderiam arrefecer nossa crença e esperança num século menos conturbado, menos violento e mais seguro. A meu ver, porém, eles apontam exatamente em sentido contrário ao que nos indica o britânico Hobsbawm. Em primeiro lugar, convém lembrar que as ameaças ao interesse comum não partem de nenhum país em que impera a velha e testada democracia liberal. Além disso, deter, reprimir e punir as condutas anti-sociais de toda e qualquer empresa, por mais poderosa que seja, pode ser mais fácil do que prevenir as condutas dos delinquentes sem causa e sem rosto.

Em segundo lugar, não podemos esquecer que o mundo civilizado se antecipou à necessidade de uma ação concertada em áreas como a repressão e a punição aos crimes transnacionais, com o tratado de criação do Tribunal Penal Internacional. Assim, é lícito esperar que os efeitos desumanos e devastadores dos atentados que estarreceram o mundo acelerem a cooperação internacional nessa área, por causa da reação universal que esses atos provocaram, acelerando a ratificação do instrumento que permita sua próxima instalação. Nas circunstâncias atuais, um avanço dessa natureza seria extremamente útil para evitar a generalização de conflitos.

Ações afirmativas em todas as áreas apontadas por Hobsbawm, a começar pela questão ambiental, são frutos da internacionalização das pautas políticas, como a tutela dos direitos humanos, a proteção das minorias, a questão urbana, a discriminação racial, a condição feminina e a erradicação da pobreza, para citar as mais evidentes a partir de iniciativas da ONU. Quanto mais convergência houver em assuntos dessa natureza, maiores serão o progresso humano e a cooperação internacional.

Os problemas com que defrontamos, da influência e do poder das empresas transnacionais em face da globalização, não têm sido encarados com a ótica realista de uma pauta que, antes de ser econômica, é, sobretudo, política.

Quanto mais amplos e poderosos os mercados, mais poder regulatório eles terão para conter os excessos, domar as condutas indesejáveis, reprimir as práticas abusivas e punir os infratores. Qualquer dos pequenos mercados que integram a União Européia é, sem dúvida, importante ante um grande cartel. Mas qualquer grande cartel se tornará impotente se ousar desafiar os grandes blocos econômicos que estão se formando, inclusive o Mercosul.

A produção globalizada implica um mercado igualmente globalizado em suas preferências, suas práticas e seus costumes, que exigirá cada vez mais qualidade, menores preços e melhores produtos. A generalização do "recall", inclusive no Brasil, mostra que os Estados democráticos, baseados nos princípios universais da legitimidade e da ética, detêm os instrumentos necessários, embora ainda não suficientes, para impor a preferência não só dos seus consumidores, mas sobretudo de seus cidadãos.

O panorama mundial neste século não é só o da competição, mas também o da cooperação. E isso está cabalmente demonstrado no que me parece a mudança do paradigma político no cenário internacional. O poder tomado apenas como capacidade de dissuasão, de contenção e de repressão será cada vez mais inviável num mundo cada vez mais diversificado. O que justifica essa suposição é a própria constatação do autor, quando alude ao crescimento do número de Estados-nação, que virtualmente quadruplicou nos últimos 50 anos.

Parece-me fora de dúvida que a vulnerabilidade a que estamos todos sujeitos não está calcada só nos interesses econômicos das empresas, nas convicções ideológicas dos diferentes grupos sociais ou no poder militar das grandes potências. Vem, isto sim, de atitudes, ameaças e ações que possam fragilizar a democracia.

O que a democracia nos tem ensinado, inclusive com os supostos fracassos que possa ter experimentado na América Latina, segundo constata o professor Hobsbawm, é a sua capacidade de resistir às tentativas de destruí-la -cujas origens são, quase sempre, mais internas do que externas. Nisso reside a sua vitalidade e essa é a base de sua legitimidade. As reações e as respostas que temos encontrado para o desafio da consolidação da democracia no continente têm culminado com soluções democráticas. Essa, a meu ver, a melhor das lições da democracia. E aí residem as fundadas razões de minha esperança.